



# PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90053/2026- SFIL

## CONTRATANTE (UASG 986477)

Município de Guarulhos

## OBJETO

Aquisição e instalação de sistema de exibição de vídeo baseado em Painéis de LED(ledwall)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (ART.48. LC 123/06)

Não se aplicam as disposições do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2026 - SFIL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 1125.2025/0007070-0**

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediada na Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida conforme ANEXO II – Memorial Descritivo.

**1.3. EMBASAMENTO LEGAL:** O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm))

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm))

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.1.2.** Poderá ser exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação para participar de uma licitação, de acordo com art. 58 da Lei Federal 14.133/21, a qual será definida no ANEXO II – Memorial Descritivo, **quando aplicável**.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Os critérios de preferência conforme art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 estão definidos no ANEXO II – Memorial Descritivo, **quando aplicável**.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.2.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.6.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.4.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6.9.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.6.10.** Sociedades cooperativas quando se tratar de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra

**2.6.11.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**2.6.12.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.7.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.8.** O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**3.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.2.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.2.5.** O produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicado no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.5.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**3.5.3.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a)** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b)** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c)** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d)** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e)** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f)** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g)** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h)** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i)** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j)** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k)** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**3.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**SECRETARIA DA FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor ou desconto (mensal, unitário, anual, total do item, grupo ou global, etc., conforme definido no ANEXO II – Memorial Descritivo;





SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.1.2.** Marca/ Fabricante, (podendo ser registrado marca própria nos casos de serviços ou quando a licitante for a fabricante do produto) e no caso de medicamentos, materiais médicos hospitalares, odontológicos e outros, Registro no Ministério da Saúde (RMS): as licitantes deverão especificar para cada produto ofertado.
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.3.1.** Os valores deverão ser grafados preferencialmente com duas casas decimais.
- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência, quando participarem de licitações públicas;
- 4.7.3.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.
- 4.7.4.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no ANEXO II.
- 4.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido





SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01**.

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Para o envio de lances no pregão eletrônico, será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 5.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3.** Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 5.11.4.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.5.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 5.18.1.** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**5.18.2.** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.19.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

**5.19.2.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**5.19.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.4.** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**5.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.20.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.20.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.20.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.20.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.20.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.20.2.2.** Empresas brasileiras;

**5.20.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.20.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.21.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos.

**5.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.5.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou por ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP  
[https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?  
cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc](https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc)

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**6.2.1.** A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4 e ANEXO II – Memorial Descritivo quanto à preferência.
- 6.4.1.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1.** Contiver vícios insanáveis;
  - 6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.7.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.12.** Caso o Anexo II – Memorial Descritivo exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.13.** Caso o Anexo II – Memorial Descritivo exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**6.18.** O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.





SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**6.19.** O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a licitante apresentar:

### **I – jurídica;**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **II – técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-operacional será restrita**

#### **a:**

- a) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso e conforme disposto no ANEXO II – Memorial Descritivo
- b) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- c) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme modelo ANEXO I – C;
  - c1) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
  - c2) A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP.

### **III - fiscal, social e trabalhista;**

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- b)** a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d)** a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e)** a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f)** o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**IV – econômico-financeira.**

- a)** certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**7.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.5.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 7.5.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados na forma da lei.

**7.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



**SECRETARIA DA FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**7.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**7.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.10.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.11.** Caso seja necessário a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, a exigências e condições da visita serão estabelecidas no ANEXO II – Memorial Descritivo.

**7.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.13.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.14.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.15.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.16.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02 (duas) horas, para:

**7.16.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.16.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.16.3.** suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**7.16.4.** suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**7.16.5.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**7.17.** Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

**7.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.20. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

**a)** Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

**b)** A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).

**c)** A aceitação dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pelo Subsecretaria de Licitações e Contratos.

**d)** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

**7.21. No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:**

a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).

b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.

b1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.

b2) A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**7.21.1.** Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado do grupo/ item/ global for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

**7.22. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:**

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**III** - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**IV** - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**V** - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**7.22.1.** Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

**7.22.1.1.** O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**7.22.2.** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

**7.22.2.1.** O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.

**7.22.2.2.** Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

**7.22.3.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## **8. DO TERMO DE CONTRATO**

**8.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente conforme minuta anexa a este edital e Anexo II – Memorial Descritivo.

**8.2.** A empresa deverá no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**8.2.1.** Os prazos poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

**8.3.** No caso da licitação estar autuada em um processo eletrônico, para assinatura do instrumento contratual, a empresa deverá providenciar, **preferencialmente após a homologação,** cadastro junto ao SEI através dos links



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

[https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?)

[acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#)

ou

<https://www.guarulhos.sp.gov.br/acesso-ao-sei> na opção SEI – USUÁRIO EXTERNO.

**8.4.** O prazo de vigência da contratação é o ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO.

## **9. DA RESERVA ÀS ME, EPP E EQUIPARADAS**

**9.1.** Caso a licitação seja EXCLUSIVA OU COM RESERVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS conforme instituído pelo artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

**9.1.1.** Para o grupo/item reservado, nos termos do art. 48, inciso III: se não houver vencedor para o grupo/ item reservado, o vencedor da cota principal será convocado a assumir a cota reservada (mesmo grupo/ item de ampla participação), ou, diante da manifestação de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**9.1.2.** Para grupo/item destinado exclusivamente à ME/EPP/EQUIPARADAS: se não houver competidor enquadrado como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas relativamente ao grupo/ item reservado, a licitação será declarada deserta abrindo-se novo certame, com ampla participação.

**9.1.3. ATENÇÃO:** Se a mesma empresa vencer o grupo/ item reservado e a cota principal (mesmo grupo/ item de ampla participação), a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**9.1.4.** Haverá prioridade de aquisição do grupo/ item reservado, desde que a diferença do preço de contratação não seja superior a 5% (cinco por cento) do melhor preço válido na cota principal (Vencedor); ressalvados os casos em que este for inadequado para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

**9.2.** A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **DEVENDO O LICITANTE DECLARAR A OBSERVÂNCIA DESSE LIMITE**, CONFORME MODELO ANEXO I – B.

**9.3.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.





SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

## 10. DOS RECURSOS

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**10.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** Os autos, quando se tratar de processo físico, permanecerão com vista franqueada aos interessados junto ao Subsecretaria de Licitações e Contratos, Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP, ou quando se tratar de processo eletrônico, por meio do sítio eletrônico

[https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_ace\\_sso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_ace_sso_externo=0)

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



**SECRETARIA DA FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**11.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**11.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**11.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.4.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**11.1.6.** Fraudar a licitação

**11.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.7.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.1.7.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.7.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**11.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#) (Lei Anticorrupção).

**11.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1.** Advertência;

**11.2.2.** Multa;

**11.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**11.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**11.3.2.** As peculiaridades do caso concreto



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**11.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**11.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**11.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2. e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**11.4.3.** A critério da Administração e sendo possível, o valor devido poderá ser descontado de eventual garantia prestada pela CONTRATADA. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Guarulhos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2. e 11.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**11.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com), podendo ser feita a confirmação do



**SECRETARIA DA FINANÇAS**  
**SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

seu recebimento através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças no Departamento de Licitações da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sito à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080.

**12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

<https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/>

ou

<https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes.>

**13.11.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto licitado, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

**13.12** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

**13.13.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

**13.14.** É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**13.15.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**14.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Memorial Descritivo

ANEXO III - Termo de Referência

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 13 de maio de 2026

**GLAUCO LUIZ SILVA**  
SUBSECRETÁRIO  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÕES**





SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO I - A**

**MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Pregão nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA:

**a)** não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.

**b)** não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;

**c)** está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

**d)** é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO I - B**

**MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Pregão nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO I - C**

**DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO TÉCNICO**

**MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Pregão nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO II**  
**MEMORIAL DESCRITIVO**

**OBJETO:** Aquisição e instalação de sistema de exibição de vídeo baseado em Painéis de LED(ledwall)

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Não se aplicam as disposições do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 199.974,07 (cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e sete centavos)

**Dotação orçamentária:** 2030 – 2010.0612200321.025.07.1000332.449052.0792  
2016 – 2010.0612200321.025.01.1000332.449052.0000

**JULGAMENTO:** O critério adotado será o de **MENOR PREÇO**

A licitação será realizada em **GRUPO ÚNICO**.

**CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO/ SERVIÇO**

**PRAZO DE ENTREGA/ EXECUÇÃO:** até 30 (dez) dias corridos, contados a partir da data do instrumento contratual.

**LOCAL DE ENTREGA/ EXECUÇÃO:** Secretaria de Segurança Urbana: Praça Getúlio Vargas, s/nº - Centro - S.P. CEP 0710-010. Segunda à Sexta-feira - 08:00 às 17:00 horas

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

**1. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, podendo o prazo ser prorrogado, apresente:**

**1.1.** Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

**1.1.1.** A proposta deverá conter Marca/ Fabricante.

**1.1.2.** A proposta deverá conter preços unitários e preços totais dos itens (preço unitário x quantidade), correspondente ao lance vencedor, conforme o caso, expresso em números, na moeda corrente nacional, preferencialmente com duas casas decimais

**1.2. Documentos complementares, elencados abaixo os quais serão avaliados e aprovados pela equipe técnica solicitante. Cabe informar que o pregoeiro(a) não possui conhecimentos técnicos específicos para análise desses documentos e por isso serão analisados pela equipe técnica da unidade a qual emitirá parecer conclusivo a ser encaminhado para o pregoeiro:**

**1.2.1.** Catálogo, ficha técnica e/ou rótulo contendo todas as especificações técnicas do produto.



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

OUTRAS EXIGÊNCIAS
<p><b>1. Juntamente com os documentos de habilitação, deverá(ão) ser apresentado(s) os seguintes documentos:</b></p> <p><b>1.1. Declaração formal</b> conforme modelo ANEXO I – A.</p>



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II – A

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S)/EXIGÊNCIAS	UNID.	QUANT.	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Sistemas de exibição de vídeo baseado em painéis de Led composto por um painel frontal com dimensão de 5,12 x 1,92 m, com margem de tolerância de 10% para +/- <b>CATMAT: 450540</b>	Unidade	2	91.166,83	182.333,67
02	Controles de vídeo para o Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de Led (ledwall) <b>CATMAT: 626655</b>	Unidade	2	8.820,20	17.640,40
<b>TOTAL DO GRUPO</b>					199.974,07



SECRETARIA DA FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO III**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**



## TERMO DE REFERÊNCIA\_CONTRATAÇÃO

### 1. Fundamento

Estudo Técnico Preliminar 025/2025-SASP

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de contratação pública no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Portaria nº 001/2024 – SF – Instrumento normativo interno da Secretaria da Fazenda que disciplina procedimentos administrativos e orçamentários relacionados às contratações públicas no âmbito do Poder Executivo Municipal.

### 2. Objeto:

Aquisição de 2 (dois) Sistemas de exibição de vídeo baseado em painéis de Led composto por um painel frontal com dimensão de 5,12 x 1,92 m, com margem de tolerância de 10% para +/- com instalação e ativação dos Sistemas.

Aquisição de 2 (dois) Controles de vídeo para o Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de Led (ledwall)

A presente contratação não será processada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).

Deverão ser observadas pela Contratada todas as normas técnicas aplicáveis, em especial as seguintes:

NBR 5410: execução de instalações elétricas de baixa tensão;

NBR 5471: condutores elétricos;

NBR 5474: eletrotécnica e eletrônicos - conectores elétricos;

NBR 14136: plugues e tomadas;

NBR 14565: normas de cabeamento estruturado para rede interna de telecomunicações;

IEC 61000-3-2:2019: compatibilidade eletromagnética;

IEC 62368-1: segurança de equipamentos elétricos/eletrônicos com tensão nominal não superior a 600v

### 3. Justificativa da necessidade da contratação

A aquisição dos Sistemas de Exibição de Vídeo baseado em painéis de LED a serem instalados no Auditório e na Sala de Reuniões da Secretaria de Segurança Urbana, configura uma necessidade pontual de modernização da infraestrutura da SSU essencial para otimizar a comunicação, o treinamento e a gestão de informações, garantindo que os profissionais da área tenham acesso a recursos visuais de alta qualidade.

A aquisição desses painéis atendem diretamente a essa demanda, proporcionando uma série de benefícios operacionais e estratégicos.

#### Painel de LED para o Auditório da Secretaria

A instalação de um Painel de LED no Auditório da Secretaria de Segurança Urbana é crucial para aprimorar a qualidade de apresentações, treinamentos e eventos institucionais, oferecendo:

- Excelente visibilidade em qualquer condição de iluminação: A alta luminosidade e o contraste superior garantem que o conteúdo seja visto com clareza mesmo com as luzes acesas, o que é fundamental para a anotação de participantes durante palestras e treinamentos.
- Qualidade de imagem superior: Cores mais vivas e detalhes nítidos tornam a visualização de gráficos, vídeos de segurança, mapas e dados estatísticos muito mais eficaz.
- Durabilidade e menor custo de manutenção: A tecnologia LED tem uma vida útil mais longa e exige menos manutenção do que lâmpadas de projetores, resultando em economia a longo prazo.

Este painel permitirá a realização de treinamentos mais dinâmicos e interativos, facilitando o compartilhamento de informações complexas com um grande efetivo e fortalecendo a capacitação técnica dos guardas civis municipais.

#### Painel de LED para a Sala de Reuniões

A aquisição do segundo Painel de LED para a Sala de Reuniões é fundamental para a gestão de crises, planejamento estratégico e tomada de decisões em tempo real. Neste ambiente, o painel servirá como uma ferramenta central para:

- Visualização compartilhada de dados: Durante reuniões, é possível exibir simultaneamente informações de múltiplas fontes, como mapas de ocorrências, dados de inteligência, relatórios de desempenho e fluxos de vídeo.
- Comunicação imediata e assertiva: A clareza e o tamanho da tela eliminam a necessidade de se deslocar para visualizar informações em monitores menores, agilizando a discussão e a definição de estratégias.
- Colaboração aprimorada: Permite que todos os participantes da reunião, independentemente de sua posição na sala, tenham uma visão clara e detalhada das informações em discussão.

Em resumo, a contratação dos dois Painéis de LED representa um investimento estratégico na infraestrutura da Secretaria de Segurança Urbana de Guarulhos. Eles não apenas modernizam as instalações, mas também proporcionam ferramentas essenciais para a capacitação contínua, a gestão eficaz e a tomada de decisões rápidas e embasadas, fortalecendo as ações de segurança em benefício de toda a população.

#### **4. Quantidade:**

Item	Unid.	Quant.	Descrição
1	UND	02	Aquisição de 2 (dois) Sistemas de exibição de vídeo baseado em painéis de Led composto por um painel frontal com dimensão de 5,12 x 1,92 m, com margem de tolerância de 10% para +/-
2	UND	02	Aquisição de 2 (dois) Controles de vídeo para o Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de Led (ledwall)

Havendo divergências entre o CATMAT identificado e as informações técnicas constantes do descritivo que integra este Processo de Compras, prevalecerá este último.

#### **5. Especificação do objeto**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS VIDE ANEXO III - B MEMORIAL DESCRITIVO TÉCNICO

**6. Projeto Básico das Obras e Serviços de Engenharia:**

( ) Sim, conforme ANEXO.

(xx ) Não se aplica

**7. Regimes de Prestação de Serviços de Obras e Engenharia**

( ) Empreitada por preço global

( ) Empreitada por preço unitário

( ) Tarefa

( ) Empreitada integral

( ) Contratação integrada

( ) Contratação semi-integrada

( ) Fornecimento e prestação de serviço associado

(xx ) Não se aplica

**8. Classificação do objeto:**

(xx ) **bens e serviços comuns** : aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

( ) **bens e serviços especiais**: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;

( ) **serviço comum de engenharia**: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

( ) **serviço especial de engenharia**: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

( ) **serviços e fornecimentos contínuos** : serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

( ) **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

( ) **serviços não contínuos ou contratados por escopo**: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

( ) **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

( ) **notória especialização**: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

( ) **outros (especificar)**

\_\_\_\_\_

**9. Participação de Consórcios e/ou Cooperativas:**

(xx ) Permitida a participação de Consórcios

(xx ) Vedada a participação de Cooperativas.

Justificativa:

A participação de cooperativas em licitações para fornecimento de bens e serviços complexos, como a instalação de painéis de LED, costuma ser vedada, e essa vedação é amparada pela legislação e pela jurisprudência.

**Justificativa para a vedação de cooperativas:**

- **Descaracterização da relação contratual:** A contratação com cooperativas, especialmente em serviços que não são de mão de obra exclusiva, pode descaracterizar a relação entre a administração e a cooperativa. A natureza jurídica de uma cooperativa, que é uma sociedade de pessoas, difere da de uma empresa comum.
- **Problemas com a responsabilização:** A estrutura de uma cooperativa, onde os cooperados têm responsabilidade limitada ou solidária, mas a dinâmica de trabalho é diferente da de uma empresa, pode gerar dificuldades na fiscalização do contrato e na responsabilização em caso de falhas.
- **Risco de precarização:** Permitir a contratação de cooperativas para objetos complexos pode abrir margem para a precarização das relações de trabalho ou para a terceirização indevida, violando os princípios da administração pública.
- **Princípio da Eficiência:** A complexidade da gestão e a tomada de decisões em uma cooperativa, que envolve os cooperados, podem dificultar e tornar mais lenta a execução do contrato, ferindo o princípio da eficiência.
- \_\_\_\_\_

**10. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)**

Marcus Muriel Batista - Diretor de Departamento

C.F. 83.233

e-mail: marcusbatista@guarulhos.sp.gov.br

(11) 2475-9972

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicio Goncalves, Agente de Administração**, em 30/10/2025, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro da Silva Carvalho de Jesus, Chefe de Seção Administrativa**, em 30/10/2025, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Muriel Batista, Diretor de Departamento**, em 30/10/2025, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2961841** e o código CRC **42A27209**.



SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DE SEGURANÇA URBANA  
Divisão Administrativa de Gestão Orçamentária, Contratos e Convênios  
Seção Administrativa de Gestão Documental e Orçamentos

### **TERMO DE REFERÊNCIA\_CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS**

#### **1. Certificar se objeto a ser contratado é bem de consumo, e não se enquadra como bem de luxo:**

- ( ) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública são de qualidade comum, não superior à necessidade para cumprir as finalidades às quais se destinam e se enquadra como bem comum conforme Decreto Municipal 40915/24.
- ( ) Os itens se enquadram como bem de luxo conforme Decreto Municipal 40915/24
- (xx) Os itens não se enquadram como bens de luxo; os equipamentos objeto desta contratação são caracterizados como bens permanentes com características e especificações usuais de mercado.
- ( ) Não se aplica, pois não se trata de bem de consumo.

#### **2. Prazo e condições de garantia:**

O prazo de garantia dos equipamentos será o constante da proposta da Contratada, contados da data do recebimento definitivo.

Durante o prazo de garantia dos equipamentos, a Contratada deverá prestar serviços de manutenção e assistência técnica, sob demanda, independentemente de ser ou não a fabricante, sem ônus adicionais para a Contratante.

A Contratante poderá efetuar a configuração, desconexão e conexão dos equipamentos a outros, bem como adicionar componentes compatíveis tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia previstas neste Termo de Referência, facultado o acompanhamento de tais atividades pela Contratada.

#### **3. Prazo para substituição de produto ou refazimento de serviços (quando constatada irregularidade):**

Caso a qualidade do(s) material(is) ou serviço(s) não corresponda às especificações contratadas, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) e deverá(ão) ser substituído(s) ou consertado(s), a critério da Administração, pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando outro prazo não estiver consignado, independentemente da aplicação de penalidades.

#### **. Obrigações das parte:**

**Da contratada:**

Obriga-se a empresa vencedora:

Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

A Contratada será responsável por garantir a integridade dos produtos até a entrega.

Os equipamentos deverão ser entregues devidamente identificados, acondicionados em embalagens lacradas e em perfeitas condições.

Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata

substituição dos mesmos;

Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela administração, sem qualquer ônus adicional;

Manter, durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer

espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade

destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou

transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

#### **Da contratante:**

Comunicar a contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

Efetuar o pagamento da contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no contrato;

Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando

as medidas corretivas;

Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela contratada fora das especificações do contrato;

Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação;

Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

Prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

Aplicar as condições constantes do edital de licitação.

#### **4. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):**

A gestão e fiscalização do contrato será realizada por servidores designados por despacho da autoridade competente, com base nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021;

O instrumento contratual estará vigente até a entrega efetiva dos equipamentos adquiridos, devidamente verificada as características e configurações constantes do descritivo técnico que integra este Processo de compra;

Os técnicos da Secretaria de Segurança Urbana responsáveis pela administração e gerenciamento dos equipamentos deverão comunicar quaisquer problemas identificados a fim de serem adotadas eventuais medidas de responsabilidade e garantias por parte do fornecedor.





## ANEXO III – A

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 025/2025-SASP

### 1. Descrição da necessidade:

A aquisição dos Sistemas de Exibição de Vídeo baseado em painéis de LED a serem instalados no Auditório e na Sala de Reuniões da Secretaria de Segurança Urbana, configura uma necessidade pontual de modernização da infraestrutura da SSU essencial para otimizar a comunicação, o treinamento e a gestão de informações, garantindo que os profissionais da área tenham acesso a recursos visuais de alta qualidade.

A aquisição desses painéis atendem diretamente a essa demanda, proporcionando uma série de benefícios operacionais e estratégicos.

#### Painel de LED para o Auditório da Secretaria

A instalação de um Painel de LED no Auditório da Secretaria de Segurança Urbana é crucial para aprimorar a qualidade de apresentações, treinamentos e eventos institucionais, oferecendo:

- Excelente visibilidade em qualquer condição de iluminação: A alta luminosidade e o contraste superior garantem que o conteúdo seja visto com clareza mesmo com as luzes acesas, o que é fundamental para a anotação de participantes durante palestras e treinamentos.
- Qualidade de imagem superior: Cores mais vivas e detalhes nítidos tornam a visualização de gráficos, vídeos de segurança, mapas e dados estatísticos muito mais eficaz.
- Durabilidade e menor custo de manutenção: A tecnologia LED tem uma vida útil mais longa e exige menos manutenção do que lâmpadas de projetores, resultando em economia a longo prazo.

Este painel permitirá a realização de treinamentos mais dinâmicos e interativos, facilitando o compartilhamento de informações complexas com um grande efetivo e fortalecendo a capacitação técnica dos guardas civis municipais.

#### Painel de LED para a Sala de Reuniões

A aquisição do segundo Painel de LED para a Sala de Reuniões é fundamental para a gestão de crises, planejamento estratégico e tomada de decisões em tempo real. Neste ambiente, o painel servirá como uma ferramenta central para:

- Visualização compartilhada de dados: Durante reuniões, é possível exibir simultaneamente informações de múltiplas fontes, como mapas de ocorrências, dados de inteligência, relatórios de desempenho e fluxos de vídeo.
- Comunicação imediata e assertiva: A clareza e o tamanho da tela eliminam a necessidade de se deslocar para visualizar informações em monitores menores, agilizando a discussão e a definição de estratégias.
- Colaboração aprimorada: Permite que todos os participantes da reunião, independentemente de sua posição na sala, tenham uma visão clara e detalhada das informações em discussão.

Em resumo, a contratação dos dois Painéis de LED representa um investimento estratégico na infraestrutura da Secretaria de Segurança Urbana de Guarulhos. Eles não apenas modernizam as instalações, mas também proporcionam ferramentas essenciais para a capacitação contínua, a gestão eficaz e a tomada de decisões rápidas e embasadas, fortalecendo as ações de segurança em benefício de toda a população.

### 2. Histórico:

Não identificamos aquisição em exercícios anteriores dos itens constantes no presente ETP.

#### 2.1. Tem contrato ou ata vigente:

( ) Sim, contrato nº \_\_\_\_, vencimento: \_\_/\_\_/\_\_

( ) Sim ata nº \_\_\_\_\_

(xx) Não há contrato/ ata vigente.

#### 2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

( ) Sim, por igual período

( ) Sim, por \_\_\_\_ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo \_\_\_\_.

(xx) Não

#### 2.3. Informações sobre estoque existente:

( ) Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

(xx) Não se aplica, pois não é um produto estocável

( ) Sim, conforme especificado abaixo:

—

### 3. Soluções existentes no mercado:

#### 1. Soluções Existentes no Mercado (Sistemas de Exibição de Vídeo)

Existem três principais tecnologias de tela grande que podem ser consideradas, cada uma com diferentes aplicações para ambientes internos (indoor):

Solução	Base Tecnológica	Aplicação Típica
Painel de LED ( <i>LED Wall</i> )	Módulos de LED agrupados (sem bordas aparentes).	Salas de Crise, Auditórios, Salas de Reunião Executivas, Grandes Eventos.
Vídeo Wall (Monitores LCD/LFD)	Múltiplos monitores profissionais justapostos.	Centros de Controle, Salas de Monitoramento 24/7, Salas de Reunião com alta resolução.
Projektor de Alta Luminosidade	Projeção a laser ou lâmpada em uma tela.	Auditórios e Salas de Conferência maiores, onde o custo é uma restrição.
<p>Para os objetivos da Secretaria de Segurança, o foco deve ser na comparação entre <b>Painel de LED</b> e <b>Vídeo Wall (LCD/LFD)</b>, pois oferecem o melhor desempenho para a exibição contínua e a visualização de dados críticos.</p> <p>Detalhamento das Soluções</p> <p>A. Painel de LED (<i>LED Wall</i>)</p> <p>Consiste em módulos de LED que se encaixam perfeitamente para formar uma tela de qualquer tamanho, <b>sem bordas</b> perceptíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>Tipos de Pixel Pitch (P):</b> O fator mais crucial é o <i>pixel pitch</i> (distância entre os LEDs).<ul style="list-style-type: none"><li><b>P1.2 a P1.5 (Pitch Fino):</b> Ideal para visualização de perto (Sala de Crise/Reunião Executiva), oferecendo altíssima resolução para ver detalhes de mapas e planilhas.</li><li><b>P1.8 a P2.5 (Pitch Médio):</b> Adequado para Auditórios, com maior distância de visualização.</li></ul></li></ul> <p>B. Vídeo Wall (Monitores LCD/LFD)</p> <p>Utiliza monitores profissionais com <b>bordas superfinas</b> para compor uma tela grande.</p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>Vantagens:</b> Alta resolução por monitor e geralmente menor custo inicial que o LED de <i>pitch</i> fino.</li><li><b>Desvantagens:</b> A linha de borda (<i>bezel</i>) entre os monitores é visível (embora mínima), o que pode atrapalhar a visualização de imagens contínuas (mapas, vídeos em tela cheia) em um momento de crise.</li></ul>		
<p>2. Avaliação e Análise de Vantagem por Ambiente</p> <p>A solução mais vantajosa deve ser avaliada com base nas funções prioritárias de cada ambiente:</p> <p>Cenário 1: Sala de Reunião para Tomada de Decisões em Tempo Real e Gestão de Crise</p> <p>Este ambiente exige <b>visualização contínua de dados, mapas e vídeos sem interrupções visuais</b>, em um regime de uso frequentemente durante uma crise.</p>		
Critério	Painel de LED ( <i>LED Wall</i> )	Vídeo Wall (LCD/LFD)
Bordas	Inexistentes (Vantagem Crítica)	Bordas visíveis (mesmo superfinas)
Brilho/Contraste	Brilho superior, excelente visibilidade em salas iluminadas.	Bom brilho, mas pode sofrer com reflexos.
Vida Útil/Confiabilidade	Longa vida útil e modularidade (fácil substituição de módulos).	Excelente para 24/7, mas a substituição do monitor é mais complexa.
Manutenção	Manutenção frontal, mais simples para pequenos reparos.	Manutenção geralmente traseira (exigindo estrutura articulada).
Custo Inicial	Mais alto (especialmente para <i>pitch</i> fino).	Mais baixo.
<p>Recomendação para a Sala de Crise: <b>Painel de LED (Ledwall) com <i>Pixel Pitch</i> Fino (P1.2 a P1.5)</b></p> <p>A ausência de bordas (seam-less) é uma <b>vantagem crítica</b> para a gestão de crise, onde a visualização de mapas táticos, <i>dashboards</i> e informações georreferenciadas não pode ser fragmentada. O custo inicial mais alto é justificado pela <b>performance, imersão e confiabilidade</b> necessárias em uma operação de segurança pública.</p>		
<p>Cenário 2: Auditório (Grandes Reuniões e Apresentações)</p> <p>Este ambiente exige grande impacto visual e clareza para uma grande audiência, geralmente com foco em apresentações e palestras.</p>		

Critério	Painel de LED ( <i>LED Wall</i> )	Projektor de Alta Luminosidade								
Brilho/Luz Ambiente	<b>Desempenho máximo.</b> Permite apresentações com luzes acesas (crucial).	Exige ambiente com pouca luz para contraste adequado.								
Vida Útil/Operacional	Longa vida útil (7 a 10 anos), sem consumíveis.	Menor vida útil, exige troca de lâmpada/laser e filtros (consumíveis/custo operacional).								
Qualidade da Imagem	Brilho e cores vibrantes, sem sombras ou distorções.	Qualidade depende da tela, pode ter sombras e desfoque periférico.								
Resolução/Detalhe	Resolução total definida pelo painel (pode ser 4K ou superior).	Limitada pela resolução nativa do projetor.								
Custo Inicial	Mais alto (o fator limitante).	Mais baixo.								
Recomendação para o Auditório: <b>Painel de LED (Ledwall) com <i>Pixel Pitch</i> Médio (P1.8 a P2.5)</b>										
Embora o custo inicial seja maior que um projetor, o <b>Painel de LED</b> oferece a <b>solução mais vantajosa a longo prazo</b> para um Auditório institucional:										
<div>1. <b>Consciência Situacional:</b> Permite que o público visualize o conteúdo com clareza total, mesmo com as luzes acesas, o que é essencial em um ambiente de segurança onde as pessoas precisam tomar notas ou manter a atenção.</div> <div>2. <b>Custo Operacional Total (TCO):</b> O LED tem <b>menor custo de manutenção</b> e maior vida útil que os projetores, que exigem troca periódica de lâmpadas ou fontes de laser.</div> <div>3. <b>Flexibilidade:</b> Pode ser usado para eventos, treinamentos e videoconferências, oferecendo sempre a mesma qualidade de imagem.</div>										
Conclusão da Avaliação:										
A solução <b>Painel de LED ( <i>Ledwall</i>)</b> é a mais vantajosa para ambos os ambientes da Secretaria de Segurança Urbana, devido à <b>ausência de bordas (na Sala de Crise)</b> , ao <b>brilho superior</b> e ao <b>baixo custo operacional a longo prazo (no Auditório)</b> . A diferença crucial na aquisição estará na especificação do <b><i>Pixel Pitch</i></b> : mais fino e caro para a Sala de Crise e mais espaçado (e econômico) para o Auditório.										
<div>4. Relação de dependência com o contrato:</div> <div>(xx) Não se aplica</div> <div>( ) Sim, conforme justificativa abaixo:</div> <div>_____</div>										
<div>5. Critério de Sustentabilidade:</div> <div>1. Eficiência no Consumo de Recursos (Energia e Material)</div> <div>A principal vantagem de sustentabilidade dos painéis de LED reside na sua eficiência energética e durabilidade.</div> <table><tr><td>Critério de Sustentabilidade</td><td>Descrição e Medidas Mitigadoras</td></tr><tr><td>Eficiência Energética (Uso)</td><td><b>Descrição:</b> O LED consome significativamente menos eletricidade do que tecnologias antigas (incandescentes, fluorescentes) e, geralmente, menos que Video Walls de LCD. Menor consumo de energia reduz a emissão de GEE (gases de efeito estufa) associada à geração de eletricidade.</td></tr><tr><td></td><td><b>Medida Mitigadora/Exigência:</b> Exigir fornecedores com a mais recente tecnologia de "<b>LED de Economia de Energia</b>" ( <i>Common Cathode</i> ou <i>Energy-Saving LED</i>), que pode reduzir o consumo em até 50% em relação aos modelos convencionais. Exigir <b>ajuste automático de brilho</b> com base na luz ambiente do CCO.</td></tr><tr><td>Geração Mínima de Calor</td><td><b>Descrição:</b> O LED converte mais energia em luz e menos em calor. Isso é crucial em um CCO (ambiente 24/7), pois <b>reduz a carga térmica</b> sobre o sistema de ar condicionado.</td></tr></table>			Critério de Sustentabilidade	Descrição e Medidas Mitigadoras	Eficiência Energética (Uso)	<b>Descrição:</b> O LED consome significativamente menos eletricidade do que tecnologias antigas (incandescentes, fluorescentes) e, geralmente, menos que Video Walls de LCD. Menor consumo de energia reduz a emissão de GEE (gases de efeito estufa) associada à geração de eletricidade.		<b>Medida Mitigadora/Exigência:</b> Exigir fornecedores com a mais recente tecnologia de " <b>LED de Economia de Energia</b> " ( <i>Common Cathode</i> ou <i>Energy-Saving LED</i> ), que pode reduzir o consumo em até 50% em relação aos modelos convencionais. Exigir <b>ajuste automático de brilho</b> com base na luz ambiente do CCO.	Geração Mínima de Calor	<b>Descrição:</b> O LED converte mais energia em luz e menos em calor. Isso é crucial em um CCO (ambiente 24/7), pois <b>reduz a carga térmica</b> sobre o sistema de ar condicionado.
Critério de Sustentabilidade	Descrição e Medidas Mitigadoras									
Eficiência Energética (Uso)	<b>Descrição:</b> O LED consome significativamente menos eletricidade do que tecnologias antigas (incandescentes, fluorescentes) e, geralmente, menos que Video Walls de LCD. Menor consumo de energia reduz a emissão de GEE (gases de efeito estufa) associada à geração de eletricidade.									
	<b>Medida Mitigadora/Exigência:</b> Exigir fornecedores com a mais recente tecnologia de " <b>LED de Economia de Energia</b> " ( <i>Common Cathode</i> ou <i>Energy-Saving LED</i> ), que pode reduzir o consumo em até 50% em relação aos modelos convencionais. Exigir <b>ajuste automático de brilho</b> com base na luz ambiente do CCO.									
Geração Mínima de Calor	<b>Descrição:</b> O LED converte mais energia em luz e menos em calor. Isso é crucial em um CCO (ambiente 24/7), pois <b>reduz a carga térmica</b> sobre o sistema de ar condicionado.									

Critério de Sustentabilidade	Descrição e Medidas Mitigadoras
Longa Vida Útil	<b>Medida Mitigadora/Exigência:</b> Avaliar o BTU (Unidade Térmica Britânica) por metro quadrado do equipamento para garantir que o sistema de climatização da sala não precise ser superdimensionado, economizando energia e custos de instalação.
	<b>Descrição:</b> Painéis de LED têm uma vida útil operacional média de 50.000 a 100.000 horas. Isso significa menor frequência de substituição.
	<b>Medida Mitigadora/Exigência:</b> Exigir garantia e vida útil mínima do LED (MTBF - <i>Mean Time Between Failures</i> ) que assegure o funcionamento por, pelo menos, 8 a 10 anos, <b>reduzindo a geração de resíduos</b> de eletrônicos ( <i>e-waste</i> ).

## 2. Impactos Ambientais na Composição e Fabricação

Embora o LED seja mais limpo que as lâmpadas fluorescentes (que usam mercúrio), a composição do painel ainda contém materiais que exigem descarte responsável.

Critério de Sustentabilidade	Descrição e Medidas Mitigadoras
Materiais Perigosos	<b>Descrição:</b> Componentes eletrônicos contêm metais pesados (como chumbo e cádmio em algumas ligas) e outros materiais tóxicos que são prejudiciais se descartados incorretamente em aterros.
	<b>Medida Mitigadora/Exigência:</b> Solicitar a <b>Declaração de Conformidade RoHS</b> ( <i>Restriction of Hazardous Substances</i> ), que certifica a restrição do uso de dez substâncias perigosas no produto.
Recursos na Produção	<b>Descrição:</b> A fabricação de componentes eletrônicos consome água e energia e gera resíduos industriais.
	<b>Medida Mitigadora/Exigência:</b> Priorizar fornecedores que demonstrem possuir <b>certificações de gestão ambiental</b> (como ISO 14001) em suas fábricas e que detalhem o uso de <b>materiais recicláveis</b> (como alumínio na estrutura do gabinete) na composição do painel.

## 3. Logística Reversa, Descarte e Reciclagem

Este é o ponto mais crítico e onde a GCM deve estabelecer exigências claras no termo de referência para o fim de vida útil do equipamento.

Critério de Sustentabilidade	Descrição e Estruturação de Exigência
Responsabilidade Pós-Consumo	<b>Descrição:</b> O fabricante, importador ou distribuidor deve ser responsável pela coleta e destinação ambientalmente correta do equipamento após sua vida útil.
	<b>Exigência Contratual:</b> Incluir no contrato ou termo de referência a <b>obrigatoriedade da Logística Reversa</b> do sistema de LED (enquadrado como Resíduo de Equipamento Eletroeletrônico - REEE), conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O fornecedor deve apresentar um <b>Plano de Descarte</b> no momento da aquisição.

Critério de Sustentabilidade		Descrição e Estruturação de Exigência	
Reciclabilidade		<b>Descrição:</b> O índice de aproveitamento dos componentes do painel de LED (metais, plásticos, vidro) na reciclagem é alto, mas exige processos especializados.	
		<b>Exigência Contratual:</b> O fornecedor deve indicar o parceiro (reciclador homologado no Brasil) para o qual o <i>LED Wall</i> será destinado, garantindo que os materiais sejam extraídos de forma segura e econômica para serem reintroduzidos na cadeia produtiva.	
Reutilização/Doação		<b>Descrição:</b> Em muitos casos, painéis modulares podem ser reutilizados em outras aplicações de menor exigência antes do descarte final.	
		<b>Exigência Contratual:</b> Prever a possibilidade de doação do painel (ou seus módulos funcionais) a outra entidade pública ou instituição de ensino no final da vida útil no CCO, como forma de <b>extender sua utilidade</b> antes da reciclagem.	
<b>6. Estimativa do valor da contratação: R\$</b>			
R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)			
Informamos que o valor acima tem por base um levantamento prévio e não caracteriza o valor da contratação, uma vez que este estudo antecede a efetiva pesquisa de preços.			
A estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento dos eventuais gastos com a			
solução escolhida (pregão eletrônico com contratação de menor valor) é o seguinte:			
1 - Pesquisa de mercado junto a fornecedores e órgãos públicos;			
2 - As informações consolidadas no Quadro de Preços atestam valores condizentes com os praticados pelo mercado e, ainda, as informações técnicas constantes do descritivo			
não restringem a ampla competição nem direcionam para contratação.			
<b>7. Levantamento e análise de riscos:</b>			
Consideraremos as três principais soluções para ambientes internos ( <i>indoor</i> ), já que a funcionalidade principal é a gestão de crise e o auditório.			
Solução A: Painel de LED (LEDWALL)			
É a solução mais recomendada em termos de performance, especialmente para salas de crise, devido à ausência de bordas. O risco está primariamente no <b>alto custo inicial</b> e na <b>complexidade técnica</b> .			
Natureza do Risco	Nível de Risco	Risco Específico	Estratégia de Mitigação
Técnico	Alto	<b>Qualidade da Imagem (Pixel Pitch):</b> Exigir no Termo de Referência (TR) A escolha de um <i>pixel pitch</i> u m <i>pixel pitch</i> rigorosamente inadequado (muito grande) calculado com base na menor compromete a resolução para distância de visualização (ex: P1.5 ou visualização de perto (mapas, textos). P1.2).	Exigir fornecimento de <b>módulos</b>
	Médio	<b>Falha de Módulos (24/7):</b> LEDs <b>sobressalentes (<i>spare parts</i>)</b> no queimados ou módulos que param de contrato e garantia de substituição <i>on-</i> funcionar, comprometendo a imagem. <i>site</i> em tempo máximo de 4 horas (SLA).	

Natureza do Risco	Nível de Risco	Risco Específico	Estratégia de Mitigação
Financeiro	Alto	<b>Custo de Aquisição:</b> O valor de investimento inicial é significativamente mais alto do que as alternativas.	Justificar o alto custo com o <b>custo operacional total (TCO) menor</b> e a <b>críticidade da missão</b> (ausência de bordas é vital para gestão de crise).
	Médio	<b>Custo Oculto de Infraestrutura:</b> Necessidade de alta capacidade elétrica e climatização (Ledwalls geram calor).	Realizar um <b>estudo de viabilidade de infraestrutura</b> antes da licitação e incluir os custos de adequação no planejamento orçamentário.
Operacional	Médio	<b>Complexidade de Operação:</b> Dificuldade na gestão do <i>Video Controller</i> e do software de conteúdo (CMS) por parte dos usuários.	Exigir <b>treinamento intensivo</b> e documentação em português para a equipe técnica e usuários finais.
Contratual	Alto	<b>Garantia de Longo Prazo:</b> Falta de suporte ou garantia insuficiente para um ativo de alto valor.	Exigir <b>garantia mínima de 3 a 5 anos</b> e definir penalidades contratuais severas por falha no cumprimento do SLA de manutenção.
Solução B: Vídeo Wall (Monitores LCD/LFD)			
Alternativa com menor custo inicial e alta resolução. O risco principal reside nas <b>bordas</b> e na <b>interrupção visual</b> no centro de operações.			
Natureza do Risco	Nível de Risco	Risco Específico	Estratégia de Mitigação
Técnico	Alto	<b>Interrupção Visual (Bordas/Bezel):</b> As linhas escuras entre os monitores fragmentam a exibição de mapas e fluxogramas táticos, prejudicando a consciência situacional.	Se for a opção escolhida, especificar monitores com o <b>mínimo bezel possível</b> (Ultra-Narrow Bezel) e utilizar o processador de vídeo para compensar ao máximo as bordas.
	Médio	<b>Descalibração de Cores:</b> Variação de cores e brilho entre os múltiplos monitores, resultando em uma imagem inconsistente.	Exigir <b>calibração de fábrica</b> e software que permita a <b>calibração periódica</b> unificada do <i>video wall</i> .
Financeiro	Baixo	<b>Custo Inicial:</b> Geralmente mais baixo que o Ledwall.	Não há risco significativo, mas atentar-se ao TCO, pois o custo de substituição de monitores pode ser alto.
Operacional	Médio	<b>Pontos de Falha:</b> Maior número de cabos e conexões (um por monitor), aumentando a probabilidade de falha em um componente.	Exigir um <i>video controller</i> com <b>redundância</b> de portas e planejamento de cabeamento de alta qualidade.
Contratual	Médio	<b>Descontinuação de Modelo:</b> Dificuldade em encontrar um monitor idêntico para substituição anos depois.	Exigir no contrato o compromisso de fornecimento de <b>monitores sobressalentes</b> ou modelos compatíveis pelo período de garantia estendida.
Solução C: Projeção de Alta Luminosidade (Laser)			
Solução mais tradicional e barata para auditórios grandes. Totalmente <b>inadequada</b> para a Sala de Crise.			
Natureza do Risco	Nível de Risco	Risco Específico	Estratégia de Mitigação

Natureza do Risco	Nível de Risco	Risco Específico	Estratégia de Mitigação
Técnico	Alto	<b>Dependência da Luz Ambiente:</b> A imagem perde qualidade se as luzes do ambiente (auditório) estiverem acesas ou se houver luz natural.	Se for utilizada no Auditório, especificar projetores de <b>alta luminosidade (acima de 10.000 ANSI Lumens)</b> e exigir a instalação de cortinas <i>blackout</i> .
	Alto	<b>Obstrução/Sombras:</b> Possibilidade de sombras quando palestrantes ou equipamentos cruzam o feixe de projeção.	Utilizar projetores de <b>curta ou ultra-curta distância</b> , mitigando as sombras.
Financeiro	Médio	<b>Custo de Consumíveis:</b> Projetores a laser têm menor custo, mas os projetores a lâmpada exigem troca periódica (custo operacional 20.000 horas) e reduzem o TCO. contínuo).	Especificar <b>projetores a laser</b> , que têm vida útil muito maior (cerca de 20.000 horas) e reduzem o TCO.
Operacional	Alto	<b>Inadequação à Sala de Crise:</b> Totalmente inviável para monitoramento 24/7 de alta precisão.	<b>Descartar</b> esta solução para a Sala de Crise.
Avaliação da Solução Mais Vantajosa para a Administração			
Considerando a perspectiva do <b>interesse público</b> e a <b>criticidade da missão</b> da Secretaria de Segurança Urbana (tomada de decisão em crise), a <b>performance operacional e a confiabilidade</b> superam o menor custo inicial.			
Ambiente	Solução Mais Vantajosa		Justificativa pela Análise de Risco
Sala de Crise / Tomada de Decisão em Tempo Real	Painel de LED ( <i>Ledwall</i> )		<b>Mitigação do Risco Técnico (Bordas):</b> A eliminação das bordas (risco alto na Solução B) é fundamental para a <b>integridade dos dados táticos</b> . O risco financeiro é justificado pela <b>criticidade</b> da função e o <b>menor TCO</b> .
Auditório (Reuniões e Apresentações)	Painel de LED ( <i>Ledwall</i> )		<b>Mitigação do Risco Técnico (Luminosidade):</b> O Ledwall permite que o público mantenha as luzes acesas, superando a vulnerabilidade dos projetores (risco alto na Solução C). O maior custo é compensado pela <b>longevidade</b> e <b>baixo custo operacional (sem consumíveis)</b> .
Conclusão:			
A Aquisição de Sistemas de Exibição de Vídeo baseada em Painéis de LED (Ledwall), embora apresente um alto risco financeiro inicial, é a solução mais vantajosa para a Administração Pública, pois mitiga os riscos técnicos e operacionais de nível mais alto que comprometeriam a missão crítica da Secretaria de Segurança Urbana e oferece o melhor TCO nos ambientes de uso contínuo e intenso.			
<b>8. Definição do objeto:</b>			
Aquisição de 2 (dois) Sistemas de exibição de vídeo baseado em painéis de Led composto por um painel frontal com dimensão de 5,12 x 1,92 m, com margem de tolerância de			
10% para +/-			
Aquisição de 2 (dois) Controles de vídeo para o Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de Led (ledwall)			
<b>9. Justificativa de escolha da solução:</b>			
A escolha dos Painéis de LED se justifica pela sua superioridade em qualidade de imagem, durabilidade e versatilidade em comparação a outras			



opções de exibição.

Com alta resolução e brilho ajustável, os Painéis de LED garantem excelente visibilidade em diferentes condições de iluminação, distância, permitindo a exibição de conteúdos interativos e imersivos de forma

clara e dinâmica. Além disso, possuem maior vida útil e menor necessidade de manutenção em relação a outras alternativas.

Sua modularidade também possibilita ajustes no tamanho conforme as necessidades do espaço, tornando-se uma solução flexível para diversas aplicações, desde apresentações e treinamentos até atividades

interativas que envolvem realidade aumentada e virtual.

Dessa forma, a escolha dos Painéis de LED representa a opção mais viável para garantir inovação, eficiência e maior aproveitamento pela Secretaria de Segurança Urbana.

O painel de LED é uma excelente escolha para auditórios, pois oferece alta resolução garantindo imagens nítidas e detalhadas mesmo em curta distância. Seu brilho intenso permite visibilidade perfeita em

qualquer condição de iluminação.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

( ) conforme PCA

(xxx) de acordo com o planejamento da unidade (reiteramos que os recursos financeiros para a referida aquisição são oriundos do Contrato de Financiamento nº 22.2.0063.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Município de Guarulhos).

Não, justificar:

\_\_\_\_\_

11. Estimativas de quantidades:

Entende-se necessária a aquisição dos seguintes itens e quantitativos, de acordo com a demanda apresentada e recursos financeiros disponíveis.

VALORES PESQUISADOS JUNTO A FORNECEDORES POR ITEM

ITEM	ITENS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO
01	Aquisição de 2 (dois) Sistemas de exibição de vídeo baseado em painéis de Led composto por um painel frontal com dimensão de 5,12 x 1,92 m, com margem de tolerância de 10% para +/-	UND	02	R\$ 100.000,00
02	Controles de vídeo para o Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de Led (ledwall)	UND	02	R\$ 25.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 250.000,00.

A aquisição se dará por um único lote composto com dois itens. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do catmat e no termo de referência que integra o rol de documentos para futura aquisição, prevalecem estas

últimas.

ESTIMATIVAS DE VALORES/LEVANTAMENTO DE MERCADO

A estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento dos eventuais gastos com a solução escolhida (pregão eletrônico com contratação de menor valor) é o

seguinte:

1 - Pesquisa de mercado junto a fornecedores e órgãos públicos;

2 - Consolidação dos preços de mercado apresentados no Quadro de Preços junto ao presente Processo.

3 - As informações consolidadas no Quadro de Preços atestam valores condizentes com os praticados pelo mercado e, ainda, as informações técnicas constantes do descritivo não restringem a ampla competição nem direcionam para contratação.

12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:

(XX) A presente contratação será por um único lote integrando todos os itens acima.

( ) Parcelamento (item), conforme justificativa abaixo: \_

( ) Agrupamento (não parcelamento - formação de grupos/lotos), conforme justificativa e agrupamento definido abaixo: \_

Subcontratação:

( ) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo: \_

(XX) Não poderão ser subcontratada.

### 13. Legislação sobre o assunto:

• Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de contratação pública no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

• Portaria nº 001/2024 – SF – Instrumento normativo interno da Secretaria da Fazenda que disciplina procedimentos administrativos e orçamentários relacionados às contratações públicas no âmbito do Poder Executivo Municipal.

### 14. Premissas técnicas:

#### 1. Premissas Técnicas Inerentes ao Equipamento (Ledwall)

Essas premissas visam garantir que o hardware e o software adquiridos sejam adequados à missão da Secretaria.

##### 1.1. Premissa sobre Resolução e Distância de Visualização (*Pixel Pitch*)

- **Fator de Viabilidade:** Qualidade e clareza da informação.
- **Premissa (Sala de Crise / Reuniões):** A resolução total do painel deve ser **Full HD (1920x1080) ou superior**, exigindo um **Pixel Pitch (P) fino** (idealmente **P1.5 ou menor**). Isso é crucial para visualizar mapas, planilhas e pequenos detalhes de dados a curta distância, sem o efeito de pixelização.
- **Premissa (Auditório):** O *Pixel Pitch* pode ser **médio (P1.8 a P2.5)**, pois a distância de visualização é maior, o que permite um painel mais econômico sem perda de clareza para a audiência.

##### 1.2. Premissa sobre Brilho e Contraste (*Indoor*)

- **Fator de Viabilidade:** Usabilidade em ambientes iluminados.
- **Premissa:** O painel deve ter brilho nominal suficiente (ex.: **acima de 800 nits**), com capacidade de ajuste fino. Isso garante a **visibilidade perfeita** mesmo quando as luzes do Auditório e da Sala de Crise estão acesas (necessário para a leitura de documentos e anotações), evitando o risco de que os operadores fiquem "no escuro" para ver a tela.

##### 1.3. Premissa sobre Confiabilidade e Operação Contínua

- **Fator de Viabilidade:** Disponibilidade do sistema (24/7).
- **Premissa:** O sistema de processamento de vídeo (controladora) deve ser de nível **profissional**, com capacidade de **funcionamento contínuo (24/7)**, e deve possuir **fontes de alimentação e processamento redundantes** para a Sala de Crise, assegurando que o painel não falhe em momentos críticos.

#### 2. Premissas de Adequação Ambiental e Logística

Essas premissas tratam das condições que a Secretaria deve prover ou contratar para receber o sistema.

##### 2.1. Premissa sobre Infraestrutura Elétrica e Climatização

- **Fator de Viabilidade:** Sustentação e durabilidade.
- **Premissa:** A Secretaria deve garantir a **adequação da infraestrutura elétrica** nos locais de instalação, incluindo:

- **Circuitos dedicados** para o Ledwall e seu processador.
- **Sistema de No-Break ou Backup de Energia** de tempo suficiente para desligamento seguro ou operação estendida (especialmente na Sala de Crise).
- **Reforço do Sistema de Climatização (HVAC)**, pois painéis de LED geram calor. A temperatura e a umidade do ambiente devem ser mantidas dentro das especificações do fabricante para prolongar a vida útil do equipamento.

## 2.2. Premissa sobre Estrutura de Suporte e Manutenção

- **Fator de Viabilidade:** Segurança e facilidade de manutenção.
- **Premissa:** O local de instalação (parede ou estrutura de piso) deve ser submetido a uma **análise estrutural por engenheiro civil** para suportar o peso do painel (Ledwall + estrutura de montagem).
- **Premissa Acessória:** O painel deve ser de **manutenção frontal** (*front service*), eliminando a necessidade de grandes espaços traseiros para acesso, simplificando reparos e substituindo módulos queimados rapidamente sem desmontar a estrutura.

## 2.3. Premissa de Integração e Conectividade

- **Fator de Viabilidade:** Utilização prática e em tempo real.
- **Premissa:** Deve haver **cabeamento de rede e vídeo de alta velocidade** (ex.: fibra óptica ou CAT6a/7) interligando a Sala de Crise/Auditório aos sistemas de vídeo (*feeds* de câmeras, computadores de operadores, servidores de dados) e ao *Video Controller*.
- **Premissa:** A aquisição deve incluir a **integração e homologação** do sistema de exibição com as plataformas de *software* de segurança e monitoramento já existentes na Secretaria (ex.: GIS, *dashboards* de inteligência).

## 3. Premissas de Contratação e Gestão do Ativo

Essas premissas visam viabilizar a execução contratual a longo prazo.

### 3.1. Premissa de Recurso Humano (Treinamento)

- **Fator de Viabilidade:** Operação autônoma e eficiente.
- **Premissa:** O contrato deve prever um **plano de treinamento robusto** para dois grupos distintos da Secretaria:
  1. **Usuários Operacionais (Analistas de Crise):** Treinamento focado no uso diário do **Software de Gerenciamento de Conteúdo (CMS)** e na rápida criação de cenários de exibição (*layouts*).
  2. **Equipe Técnica (TI/Manutenção):** Treinamento detalhado na manutenção de primeiro nível, diagnóstico de falhas e substituição de módulos de LED e componentes do *Video Controller*.

### 3.2. Premissa de Gestão de Materiais Críticos

- **Fator de Viabilidade:** Reparo rápido (SLA).
- **Premissa:** O fornecedor deve ser obrigado a entregar um **estoque mínimo de módulos de LED sobressalentes ( spare parts)** no ato da entrega (ex.: 5% do total de módulos), garantindo que a Secretaria possa realizar a troca imediata em caso de falha e manter a operação 24/7.

### 3.3. Premissa de Garantia e Suporte

- **Fator de Viabilidade:** Longevidade do investimento.
- **Premissa:** Exigir uma **garantia mínima de 36 a 60 meses** e um Acordo de Nível de Serviço ( **SLA**) para manutenção corretiva que preveja a chegada de técnicos ao local em no máximo 4 horas após a abertura do chamado, dada a criticidade do equipamento para a segurança pública.

A adoção destas premissas técnicas, devidamente especificadas no Termo de Referência (TR), assegurará que a contratação do Painel de LED seja não apenas legal, mas também tecnicamente viável e plenamente funcional para a missão da Secretaria.

## 15. Padronização:

A padronização na aquisição de Sistemas de Exibição de Vídeo baseado em painéis de LED é uma decisão estratégica que transforma o processo

de compra de uma ação isolada em um investimento contínuo

e integrado. Para a Secretaria de Segurança Urbana, que lida com infraestruturas críticas, a adoção de um padrão para a compra desses sistemas é fundamental para garantir a **eficiência operacional**, a **segurança** e o **custo-benefício** a longo prazo.

Em vez de tratar cada compra como um novo projeto, a padronização estabelece um conjunto de critérios e especificações que otimizam o processo e fortalecem a rede como um todo.

- A padronização da aquisição dos Sistemas de Exibição de Vídeo baseado em painéis de LED busca atingir os seguintes objetivos estratégicos:
- Otimização do Processo:** A definição de um modelo-padrão agiliza futuras aquisições. Em vez de iniciar uma nova pesquisa de mercado a cada necessidade, a Secretaria pode focar em processos licitatórios mais eficientes, baseados em especificações já validadas.
  - Interoperabilidade e Gerenciamento Unificado:** Ao padronizar a tecnologia garante-se compatibilidade com a infraestrutura existente.
  - Redução do Custo Total de Propriedade (TCO):** A economia vai além do preço de compra. Com a padronização, a Secretaria pode negociar melhores condições de suporte, garantia e licenciamento de software com um único fornecedor. Além disso, a equipe técnica precisará ser treinada em apenas uma plataforma, diminuindo os custos de capacitação e aumentando a produtividade na manutenção e solução de problemas.
  - Fortalecimento da Segurança e Confiabilidade:** Um padrão de aquisição permite que a Secretaria estabeleça um nível mínimo de segurança que deve ser atendido por todos os equipamentos.

**16. Indicação de Marca ou Modelo:**

Não há indicação e/ou marca.

**17. Atividade Acessória:**

Certificamos que o objeto a ser contratado não se enquadra como atividades acessórias.

**18. Bens de luxo:**

Certificamos que o objeto a ser contratado não se enquadra como bem de luxo.

**19. Princípio da segregação de funções**

CERTIFICAMOS que foi observado o Princípio da Segregação de Funções.

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

(xxx) Sim, atende os princípios da segregação de função.

( ) Não, conforme justificativa abaixo: \_\_

**20. Mapa de risco (matriz de risco):**

**ANÁLISE DE RISCOS**

PROCESSO DE TRABALHO	ATIVIDADES	RISCOS IDENTIFICADOS			PROB
		CAUSA (DEVIDO À)	EVENTO (PODERÁ HAVER)	CONSEQUÊNCIA	
Planejamento da contratação	Estudos Técnicos Preliminares	Estudos Técnicos Preliminares Imprecisos	Equívoco na descrição do bem contratado	Atraso nos marcos temporais	
Planejamento da contratação	Termo de Referência ou Projeto Básico	Inobservância dos requisitos legais previstos na Lei 14.133/2021	Equívoco na descrição do bem contratado	Atraso na entrega do bem contratado	
Seleção do fornecedor	Processo de Seleção do Fornecedor	Desconhecimento das reais necessidades do contratante	Contratação de empresa incapaz de fornecer o bem contratado	Ausência do bem contratado na unidade solicitante	
Gestão Contratual	Fiscalização	Desconhecimento total ou parcial das características do bem contratado	Fiscalização inadequada sob sua responsabilidade	Não atendimento da demanda	

A planilha preenchida de acordo com os possíveis riscos que podem ocorrer de acordo com cada objeto que será contratado.

Escala de Probabilidade (tabela 1) e a escala de Impacto (tabela 2) abaixo indicado

TABELA 1 - ESCALA DE PROBABILIDADE

DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO
MUITA BAIXA	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.
BAIXA	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.
MÉDIA	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.

ALTA	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.
MUITO ALTA	Evento repetitivo e constante.
TABELA 2 – ESCALA DE IMPACTO	
DESCRIPTOR	DESCRIÇÃO
MUITA BAIXA	Impacto insignificante nos objetivos.
BAIXA	Impacto mínimo nos objetivos
MÉDIA	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.
ALTA	Impacto significante nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.
MUITO ALTA	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação

21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):

Marcus Muriel Batista - Diretor de Departamento

C.F. 83.233


e-mail: marcusbatista@guarulhos.sp.gov.br

(11) 2475-9972

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.




Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicio Goncalves, Agente de Administração**, em 30/10/2025, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro da Silva Carvalho de Jesus, Chefe de Seção Administrativa**, em 30/10/2025, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Muriel Batista, Diretor de Departamento**, em 30/10/2025, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2961827** e o código CRC **BF822E48**.



## ANEXO III – B

### MEMORIAL DESCRIPTIVO TÉCNICO

# MEMORIAL DESCRITIVO TÉCNICO (LEDWALL)

## 1. Objeto

Aquisição de sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de LED (Led Wall), visando atender às necessidades da Central de Segurança Integrada da Secretaria de Segurança Urbana, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Memorial Descritivo.

## 2. Quantidade

Os quantitativos estimados são os seguintes:

- Item 01: 2 (dois) Sistemas de exibição de vídeo baseado em painéis de Led composto por um painel frontal com dimensão de 5,12 x 1,92 m, com margem de tolerância de 10% para +/- com instalação e ativação dos Sistemas.
- Item 02: Aquisição de 2 (dois) Controles de vídeo para o Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de Led (ledwall)

## 3. Finalidade

A presente aquisição tem por finalidade modernizar a infraestrutura da Secretaria de Segurança Urbana sendo essencial para a comunicação, o treinamento e a gestão de informações, garantindo que os profissionais da área tenham acesso a recursos visuais de alta qualidade. A aquisição desses painéis atende diretamente a essa necessidade, proporcionando uma série de benefícios operacionais e estratégicos.

### Painel de LED para o Auditório da Secretaria

A instalação de um Painel de LED no Auditório da Secretaria de Segurança Urbana é crucial para aprimorar a qualidade de apresentações, treinamentos e eventos institucionais, oferecendo:

- **Excelente visibilidade em qualquer condição de iluminação:** A alta luminosidade e o contraste superior garantem que o conteúdo seja visto com clareza mesmo com as luzes acesas, o que é fundamental para a anotação de participantes durante palestras e treinamentos.
- **Qualidade de imagem superior:** Cores mais vivas e detalhes nítidos tornam a visualização de gráficos, vídeos de segurança, mapas e dados estatísticos muito mais eficaz.
- **Durabilidade e menor custo de manutenção:** A tecnologia LED tem uma vida útil mais longa e exige menos manutenção do que lâmpadas de projetores, resultando em economia a longo prazo.

Este painel permitirá a realização de treinamentos mais dinâmicos e interativos, facilitando o compartilhamento de informações complexas com um grande efetivo e fortalecendo a capacitação técnica dos guardas civis municipais.

#### Painel de LED para a Sala de Reuniões

A aquisição do segundo Painel de LED para a Sala de Reuniões é fundamental para a gestão de crises, planejamento estratégico e tomada de decisões em tempo real. Neste ambiente, o painel servirá como uma ferramenta central para:

- **Visualização compartilhada de dados:** Durante reuniões, é possível exibir simultaneamente informações de múltiplas fontes, como mapas de ocorrências, dados de inteligência, relatórios de desempenho e fluxos de vídeo.
- **Comunicação imediata e assertiva:** A clareza e o tamanho da tela eliminam a necessidade de se deslocar para visualizar informações em monitores menores, agilizando a discussão e a definição de estratégias.
- **Colaboração aprimorada:** Permite que todos os participantes da reunião, independentemente de sua posição na sala, tenham uma visão clara e detalhada das informações em discussão.

Em resumo, a contratação dos dois Painéis de LED representa um investimento estratégico na infraestrutura da Secretaria de Segurança Urbana de Guarulhos. Eles não apenas modernizam as instalações, mas também proporcionam ferramentas essenciais para a capacitação contínua, a gestão eficaz e a tomada de decisões rápidas e embasadas, fortalecendo as ações de segurança em benefício de toda a população.

#### 4. Especificações Técnicas

Os produtos deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

- 1. ITEM 1 – Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de led destinado ao uso de apresentações e projeções indoor em auditório e sala de reuniões da Secretaria de Segurança Urbana, com as seguintes características técnicas:
  - 1.1. Composto por 3 painéis de led interligados e dispostos conforme projeto sendo (1) um painel de led frontal nas dimensões de 5.12 x 1.92 m, com margem de tolerância de 5% para mais ou para menos, com pixel pitch de 2,60 mm ou menor, fixado em estrutura metálica e (2) dois painéis de led laterais nas dimensões de 0.64 x 1.92 m, com margem de tolerância de 5% para mais ou para menos, com pixel pitch de até 2.60 mm ou menor, fixados em estrutura metálica;
  - 1.2. Deverá ser fornecida estrutura metálica customizada de sustentação dos painéis de led, equipamentos e acessórios, com suporte de piso, compatível com o local de instalação, evitando movimentação e minimizando risco de queda, além de proporcionar perfeito encaixe, nivelamento e alinhamento do painel de led;
  - 1.3. A estrutura metálica deverá ter um rodapé na parte inferior, com altura de 12 cm, em chapa metálica e pintada na cor preta, sem sobrepor os painéis instalados



e sem neles se apoiar, evitando danos aos leds por tração, compressão ou cisalhamento;

1.4. A estrutura de fixação e sustentação dos painéis deverá possuir base apoiada no piso do Auditório e da Sala de Reuniões, devendo fazer uso de contrapesos e/ou mão francesa para garantir a estabilidade da estrutura. É vedado o aparafusamento da estrutura no piso do Auditório e da Sala de Reuniões;

1.5. A base da estrutura deve ser confeccionada em aço ou alumínio com pintura eletrostática na cor preta;

1.6. As áreas em torno do conjunto de visualização deverão ser fechadas na lateral em painel metálico na cor preta, sem se apoiar nos painéis instalados, evitando danos aos leds por tração, compressão ou cisalhamento;

1.7. A estrutura deve ser aterrada eletricamente;

1.8. A estrutura metálica dos painéis laterais deverá permitir que o ângulo entre os mesmos e o painel central seja ajustado conforme necessidade de composição cênica;

1.9. Cada painel fornecido será do tipo modular, composto por gabinetes justapostos e montados em arranjo lado a lado de modo a compor as dimensões informadas;

1.10. Cada gabinete é composto pelas placas eletrônicas e array de leds originais de fábrica, devendo apresentar brilho de no mínimo 600 nits cada, pixel pitch de, no máximo, 2.60 mm, contraste de 4000:1 ou melhor e taxa de atualização de até 3840Hz;

1.11. Os gabinetes deverão permitir instalação frontal ou traseira bem como permitir manutenção frontal;

1.12. As telas de led devem funcionar sem ventiladores e com carga térmica adequada ao sistema de ar-condicionado existente no local, operando na faixa de temperatura de 10°C a 40°C;

1.13. As telas devem atender ou exceder o padrão de proteção IP40 na frontal e IP20 na traseira;

1.14. Tensão/Frequência: tensão de alimentação automática 110 a 240 Vac, 50/60 Hz, com cabos de alimentação no padrão ABNT NBR 14136; 13.1.13.

1.15. Acessórios:

1.15.1. Deverão ser incluídos acessórios e acabamentos, sendo os componentes de fixação de responsabilidade da contratada;

1.15.2. Deverão ser fornecidos todo o ferramental para manutenção e substituição dos módulos;

1.15.3. Deverão ser fornecidos todo cabeamento, acessórios e insumos para instalação e perfeito funcionamento do sistema, considerando a distância de 25 mts (vinte e cinco metros) entre os locais de instalação do painel e do controlador de vídeo;

- 1.15.4. Deverão ser entregues todos os suportes e fixações originais do fabricante para a correta instalação dos painéis;
- 1.15.5. Deverão ser fornecidas como peças de reposição 10 (dez) por cento do total de gabinetes e fontes de alimentação integrantes da solução, sendo ambos originais do fabricante e de primeiro uso.
- 2. ITEM 2 – Controlador de vídeo para o sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de led, deverá ser fornecida controladora/processadora de vídeo capaz de enviar imagens aos Painéis de Led, com as seguintes características:
    - 2.1. Deverá possuir pelo menos 2 (duas) entradas padrão SDI (Serial Digital Interface) terminadas com conector BNC, com suporte, pelo menos, aos padrões SMTPE 424 (3G) e 292 (HD);
    - 2.2. Deverá possuir pelo menos 1 (uma) entrada padrão DisplayPort 1.2 ou 1.4 com suporte à resolução 4K em 60Hz;
    - 2.3. Deverá possuir pelo menos 1 (uma) entrada padrão HDMI versão 2.0 ou 2.1 com suporte à resolução 4K em 60Hz;
    - 2.4. Deverá possuir conexões Gigabit Ethernet de saída para interligação aos painéis de led em número suficiente para atender à demanda de transporte de pixels em tempo real, sem atraso perceptível ou perda de quadros de acordo com o frame rate programado;
    - 2.5. Deverá possuir taxas de atualização de quadros de, pelo menos, 23.98 Hz, 29.97 Hz, 47.95 Hz, 59.94 Hz, 71.93Hz, 119.88 Hz e 143.86Hz;
    - 2.6. Deverá possuir saída de vídeo auxiliar, terminada em conector HDMI ou DisplayPort para interligação de monitor de vídeo fornecido pela Contratante e destinado à operação e visualização do sistema;
    - 2.7. A controladora deverá permitir a alternância entre os diversos sinais a partir das entradas de vídeo, fazendo o devido processamento para exibição no painel com alta velocidade e baixa latência;
    - 2.8. Deverá oferecer sistema de controle, preferencialmente acessível via web a partir de navegador, entre eles o Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox, que permita a realização de tarefas de configuração, administração e operação via interface gráfica GUI;
    - 2.9. O sistema de controle deverá permitir ajuste de vídeo como contraste, brilho e temperatura de cor;
    - 2.10. O sistema de controle deverá permitir a seleção e ajuste das diversas entradas de vídeo, de maneira individual ou simultânea, bem como seu arranjo em mosaicos e janelas com livre posicionamento, dimensionamento e sobre/superposição;
    - 2.11. Também deverá permitir o armazenamento de presets, que poderão ser rapidamente recuperados e aplicados ao sistema de exibição;
    - 2.12. Tensão/Frequência: tensão de alimentação automática 110 a 240 Vac, 50/60 Hz, com cabos de alimentação no padrão ABNT NBR 14136.

- 3. Informações COmplementares:
  - 3.1. A contratada deverá realizar todos os serviços de instalação, configuração e ativação do painel de led, nas dependências da Central de Segurança Integrada de Guarulhos, com acompanhamento e orientação da equipe técnica da Secretaria de Segurança Urbana;
  - 3.2. A instalação deve manter a harmonia da sala de monitoramento da CSI, local da instalação do painel de led, devendo fazer o acabamento de forma a embutir a estrutura conforme orientações da Contratante, incluindo reconstrução de parede e pintura necessária para o acabamento final e consequente aceite da instalação;
  - 3.3. Todos os procedimentos técnicos adotados pela Contratada durante a instalação deverão observar as orientações do fabricante, além de outras estabelecidas pela Contratante;
  - 3.4. Todos os materiais necessários à instalação dos equipamentos, tais como cabos, conectores e suportes, além do material necessário para que seja embutido e, após, o acabamento final do conjunto, são de responsabilidade da Contratada e por ela devem ser fornecidos;
  - 3.5. É de responsabilidade da Contratada fornecer a documentação técnica do sistema instalado, especialmente os diagramas de conexão e as-built da solução;
  - 3.6. Deverão ser observadas pela Contratada todas as normas técnicas aplicáveis, em especial as seguintes:
    - 3.6.1. NBR 5410: execução de instalações elétricas de baixa tensão;
    - 3.6.2. NBR 5471: condutores elétricos;
    - 3.6.3. NBR 5474: eletrotécnica e eletrônicos – conectores elétricos;
    - 3.6.4. NBR 14136: plugues e tomadas;
    - 3.6.5. NBR 14565: normas de cabeamento estruturado para rede interna de telecomunicações;
    - 3.6.6. IEC 61000-3-2:2019: compatibilidade eletromagnética;
    - 3.6.7. IEC 62368-1: segurança de equipamentos elétricos/eletrônicos com tensão nominal não superior a 600v.
  - 3.7. Todos os procedimentos técnicos adotados pela Contratada durante a instalação deverão observar as orientações do fabricante, além de outras estabelecidas pela SSU.
- 4. Treinamento técnico operacional para o sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de led, características:
  - 4.1. A contratada deverá ministrar treinamento técnico e operacional, nas dependências da Central de Segurança Integrada de Guarulhos.
  - 4.2. As atividades deverão iniciar em até 5 dias úteis contados do término da instalação do solução;

4.3. Deverá consistir na capacitação dos operadores do sistema de painel de led fornecido, envolvendo no mínimo os seguintes tópicos:

4.3.1. Demonstrações práticas abordando conceitos gerais adotados nas instalações e procedimentos de operações: modos de operação, manutenções preventivas e corretivas e recuperação de problemas;

4.4. O treinamento deverá ser ministrado por funcionário da Contratada ou do próprio fabricante, com conhecimento específico do equipamento e suas funcionalidades;

4.5. É de responsabilidade da Contratada oferecer o material didático todo em língua portuguesa;

4.6. Carga horária de no mínimo 4 (quatro) horas e ministrado para até 5 pessoas, em turma única;

4.6.1. Caso o treinamento seja considerado insatisfatório, a Contratante poderá exigir repetição ou reforço nos tópicos que foram considerados insuficientes, inclusive podendo solicitar a substituição do instrutor.

✚ Poderão ser aceitos produtos de marcas distintas, desde que comprovada equivalência técnica.

---

## 5. Características Técnicas Mínimas

Os itens deverão apresentar:

- qualidade compatível com uso institucional
- conformidade com normas técnicas e regulatórias
- garantia de desempenho e durabilidade
- acondicionamento adequado para transporte e armazenamento

---

## 6. Condições de Fornecimento

- Entrega em local a ser definido pela Administração
- Fornecimento integral dos equipamentos, instalação e ativação e treinamento.
- Produtos novos, sem uso anterior
- Embalagem original do fabricante

---

## 7. Prazo de Entrega

O prazo de entrega será de até 30 dias, contados a partir da autorização de fornecimento.

O material (nacional) deve ser entregue contendo no rótulo todas as informações sobre ele, em língua portuguesa.

---

## 8. Garantia

Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 meses, contra defeitos de fabricação.

Durante o prazo de garantia dos equipamentos, a Contratada deverá prestar serviços de manutenção e assistência técnica, sob demanda, independentemente de ser ou não a fabricante, sem ônus adicionais para a Contratante.

A Contratante poderá efetuar a configuração, desconexão e conexão dos equipamentos a outros, bem como adicionar componentes compatíveis tecnicamente, sem prejuízo das condições de garantia previstas neste Termo de Referência, facultado o acompanhamento de tais atividades pela Contratada.

---

## 9. Critérios para Proposta

A proposta deverá contemplar:

- valor unitário e total
- marca/modelo (quando aplicável)
- prazo de entrega
- prazo de garantia

---

## 10. Disposições Gerais

Os produtos deverão atender integralmente às especificações deste memorial, sob pena de rejeição.



## **ANEXO IV**

### **MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**



## Autorização de Fornecimento/Serviço

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº. /2026  
(ARTIGO 95 DA LEI FEDERAL 14.133/21)

CNPJ Nº 46.319.000/0001-50

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_-SFIL

PROC.: 1125.2025/0007070-0

Contratado:

CNPJ:

Código:

Endereço:

Fone/Fax/Cel:

E-mail:

Requisitante: Município de Guarulhos – Secretaria de Segurança Urbana

Contato: Bruno

Requisição: 024/2025 - SSU E-mail: divisaosasp01.07@gmail.com

Telefone: (11) 2475-9440 / 9458 / 9460 / 4716

Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias corridos, a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento

Endereço de Entrega: Praça Getúlio Vargas, s/n – Centro – Guarulhos/SP – CEP 07010-000, segunda à sexta-feira - 08h às 17h.

Garantia: Mínimo de 12 (doze) meses

GRUPO ÚNICO					
Item	Quant.	Unid.	Descrição do(s) produto(s) / Serviço(s)	Valor Unitário	Valor Total
01	02	Un	Sistemas de exibição de vídeo baseado em painéis de Led composto por um painel frontal com dimensão de 5,12 x 1,92 m, com margem de tolerância de 10% para +/- <b>CATMAT:</b> 450540 <b>Marca/Modelo:</b>	R\$	R\$
02	02	Un	Controles de vídeo para o Sistema de exibição de vídeo baseado em painéis de Led (ledwall). <b>CATMAT:</b> <b>Marca/Modelo:</b>	R\$	R\$

Empenho nº:

Dotação Orçamentária:

2010.0612200341.033.07.1000332.449052.0792  
2010.0612200341.033.01.1000332.449052.0000

Reserva:

Valor Total: R\$

Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo, observadas as seguintes condições:

- Em se tratando de serviços, anteriormente à emissão da Nota Fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar relatório descrevendo os serviços executados no período cobrado para conferência da medição.
- Aprovada a medição, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, que deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.
- Em se tratando de fornecimento, a Nota Fiscal deverá acompanhar o(s) produto(s).
- Quando a Nota Fiscal for emitida eletronicamente, encaminhar no e-mail do requisitante, registrado acima, e deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;
- O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, indicada pela contratada;
- A Nota Fiscal deverá ser atestada pela unidade requisitante.
- O órgão Gestor deverá observar as instruções normativas contidas na Portaria nº 03/2017-SF.
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007, quando aplicável.
- No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira;

I = (meta da inflação/100)/365

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) **designou** como **Gestor e Fiscal** deste contrato os servidores das áreas da **Secretaria de Segurança Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

**Fundamento:** esta autorização de fornecimento/execução de serviço foi emitida em conformidade com o disposto no artigo 95 da Lei Federal 14.133/21, cujos termos e condições de fornecimento/execução de serviço são os constantes do instrumento convocatório.

Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário de Segurança Urbana

**RAZÃO SOCIAL**

Nome:

Cargo:



## AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO

**PARTES:** MUNICÍPIO DE GUARULHOS representada neste ato pelo signatário no anverso designado, denominada CONTRATANTE, e, de outro, o **CONTRATADO** identificado no anverso, ficam subordinadas às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e condições constantes neste instrumento.

**1. OBJETO:** O CONTRATADO compromete-se a entregar ou prestar os serviços na(s) quantidade(s), especificação(ões), prazo(s) e condições estipuladas neste instrumento.

**2. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):** O(s) material(is)/serviço(s) deverá(ão) ser entregue(s) executado(s) conforme indicado neste instrumento.

**3. PREÇO:** O(s) preço(s) do(s) material(is) ou serviços contratados estão indicados nas colunas designadas preço unitário(s) e total(is), no(s) qual(is) já se encontra(m) incluídas todas as despesas diretas e indiretamente a ele(s) relacionadas, inclusive frete e impostos.

**4. RECEBIMENTO:** O(s) material(is) ou serviço(s) será(ão) recebido(s) pela contratante, no local indicado neste instrumento, ficando a contratada responsável pela descarga do produto ou entrega dos serviços.

**4.1.** O(s) material(is) ou serviço(s) será(ão) recebido(s) mediante conferência, não excluindo a possibilidade de devolução se, em verificação, análise ou exame posterior, ficar evidenciada a existência de irregularidades.

**4.2.** Caso a qualidade do(s) material(is) ou serviço(s) não corresponda às especificações contratadas, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) e deverá(ão) ser substituído(s) ou consertado(s), a critério da Administração, pelo fornecedor, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, quando outro prazo não estiver consignado, independentemente da aplicação de penalidades.

**4.2.1.** Nos casos em que o tempo de processamento do(s) material(is) ou prestação do(s) serviço(s) tiver necessidade de tempo maior para a conclusão, o prazo, excepcionalmente, pode ser prorrogado, a critério exclusivo da Administração.

**4.3.** O objeto contratual será recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

**4.3.1** provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, se prestação de serviço, ou mediante recebimento da Nota Fiscal que acompanha o(s) produto(s), se fornecimento, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

**4.3.2** definitivamente, em **até 10 (dez) dias** do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**5. RESPONSABILIDADES:** A responsabilidade das partes, na execução deste instrumento são comuns, nele implícitas ou expressas, de acordo com o que prescreve a Lei Federal 14.133/21, e suas alterações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

**5.1.** A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste instrumento, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.

**6. SANÇÕES:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13, durante a execução do contrato (Lei Anticorrupção).

**6.1.** Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**6.1.1. ADVERTÊNCIA**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 6.1.4;

**6.1.2. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 6 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 6.1.4;

**6.1.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 6 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "d" do item 6.1.4;

**6.1.4. MULTA**, aplicada da seguinte forma:

a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue **até o 10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida**;

b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue **do 11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7% (sete décimos por cento) ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida**;

c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, a ser definida conforme item 6.7;

d) Nos casos de inexecução total da obrigação, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 6 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato**, a ser definida conforme item 6.7.

**6.1.5.** Para aplicação das multas elencadas nas alíneas "a" e "b" acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Departamento de Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou desconto de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**6.1.6.** A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 6.1.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

a) **06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 6.7;

b) **13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 6.7;

c) **19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 6.7;

**6.1.7.** A aplicação da penalidade prevista nos itens 6.1.2 e 6.1.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

**6.1.8.** Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas "c" e "d", do item 6.1.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**6.2.** A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

a) comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

**6.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

**6.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 6.1, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 6.7.

**6.5.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**6.5.1.** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Departamento de Licitações e Contratos por meio eletrônico, até o último dia útil do prazo, ou protocolados diretamente na Rua do Rosário, 300 – Térreo – Camargos – Guarulhos/SP, das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo.

**6.5.2.** Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou protocolados fisicamente após as 16h45 do último dia útil do prazo estipulado, conforme estabelecido no item anterior.

**6.5.3.** Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 6.1.8.



- 6.6.** Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.
- 6.7.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b)** as peculiaridades do caso concreto;
  - c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d)** os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
  - e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7. PAGAMENTO:** será efetuado na forma e prazo fixado no anverso, mediante apresentação de documento fiscal, que deverá ser devidamente atestado pela Unidade Requisitante.
- 8. REAJUSTE:** Em caso de reajuste, aplicar-se-á o índice IPCA-IBGE, nos termos do Decreto Municipal nº 23124/05.
- 9. VIGÊNCIA:** O prazo de vigência é o estipulado neste instrumento, o qual se extingue com recebimento do objeto.
- 9.1.** Para os bens e serviços recebidos com garantia, a garantia ofertada vigora pelo prazo determinado, independente da vigência deste ajuste.
- 10. VALIDADE:** Este instrumento passa a ter validade a partir da data de seu recebimento pela CONTRATADA.
- 11. DA RESCISÃO:** A rescisão deste instrumento poderá ser por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como amigavelmente.
- 11.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.
- 12.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto contratado.
- 13.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 14.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.
- 15.** A CONTRATADA deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.
- 16. FORO:** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste instrumento.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Segurança Urbana)**

**CONTRATADO:**

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO Nº /2026**

**OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE EXIBIÇÃO DE VÍDEO BASEADO EM PAINÉIS DE LED (LEDWALL).**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF:

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF:

**Pela CONTRATADA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF:

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:**

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Nome:

Cargo:

CPF:

(\*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Oliveira Abreu Ito, Supervisor (a) de Setor**, em 15/01/2026, às 08:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3647334** e o código CRC **44F1E56C**.

MINUTA